

I CONGRESSO CRIM/UFMG

MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA

M956

Mulher, política e democracia [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-364-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Gênero. 2. Política. 3. Democracia. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



I CONGRESSO CRIM/UFMG

MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA

Apresentação

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 2 - Mulher, Política e Democracia acolheu trabalhos relacionados à participação e representação das diversas mulheres na política no contexto democrático, em um sentido amplo. Propõe-se a discussão sobre a importância de aumentar a ocupação de espaços de poder pelas mulheres, as medidas afirmativas e os desafios - entre eles, a cultura e estrutura patriarcal do sistema político-partidário e a violência política de gênero.

A EDUCAÇÃO POLÍTICA NAS ESCOLAS E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL?

POLITICAL EDUCATION IN SCHOOLS AND WOMEN'S PARTICIPATION IN BRAZILIAN POLITICS: IS IT A POSSIBLE APPROACH?

Barbara Helen Abreu Valadares ¹

Resumo

A luta por maior participação política das mulheres é um processo muito recente. Ainda é um desafio o reconhecimento da necessidade de um processo de desconstrução de práticas educativas e culturais patriarcais que moldaram, educaram e socializaram mulheres para que não se reconhecessem como sujeitos aptos a ocupar os espaços de poder na política. Reconhecendo esse desafio, bem como o papel fundamental da escola frente ao processo de desconstrução e a correlação direta entre os currículos escolares e as culturas, este resumo propõe pensar aproximações possíveis entre a educação política nas escolas e a participação das mulheres na política brasileira.

Palavras-chave: Educação, Política, Mulheres, Representação, Igualdade

Abstract/Resumen/Résumé

The struggle for greater political participation by women is a very recent process. It is still a challenge to recognize the need for a process of deconstruction of patriarchal educational and cultural practices that shaped, educated and socialized women to not recognize themselves as able to occupy spaces of power in politics. Recognizing this challenge, as well as the fundamental role of the school in the process of deconstruction and the direct correlation between school curricula and cultures, this summary proposes to think about possible approaches between political education in schools and the participation of women in Brazilian politics.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Education, Politics, Women, Representation, Equality

¹ Doutoranda em Educação pela PUC Minas. Mestra em Direito Privado pela PUC Minas. Professora de Direito do Centro Universitário UNA. Presidente da Comissão OAB Mulher da 197ª Subseção da OAB/MG.

1. INTRODUÇÃO

A história revela que a luta por maior participação política das mulheres é, ainda, um processo muito recente e que as sociedades não fizeram grandes avanços quando o assunto é igualdade de gênero. Nesse sentido, ainda é um desafio o reconhecimento da necessidade urgente de um processo de desconstrução de práticas educativas e culturais patriarcais que, durante muito tempo, moldaram, educaram e socializaram mulheres para que não se reconhecessem como sujeitos aptos a ocupar os espaços de poder na política. Reconhecendo esse desafio, bem como o papel fundamental da escola frente ao processo de desconstrução e a correlação direta entre os currículos escolares e as culturas, este resumo tem o objetivo de analisar, brevemente, de que forma a educação política, integrada aos currículos escolares, pode servir ao como estímulo à participação das mulheres na política e ao enfrentamento das desigualdades de gênero na política brasileira. Isto é, de que modo a educação política pode contribuir para a promoção das liberdades individuais e da igualdade de gênero.

Não há como se falar em igualdade de gênero sem falar em transformação cultural, o que perpassa, necessariamente, pelos processos educativos. Diante disso, o tema proposto neste resumo conduz a um caminho reflexivo analítico alicerçado ao seguinte problema: pode a educação política, construída a partir de uma concepção emancipatória, servir como uma ferramenta para estimular a participação das mulheres na política? A partir do método de revisão da literatura, este resumo tem como objetivo estabelecer uma interlocução entre a educação, os currículos e a política, a partir de marcos teóricos interdisciplinares, procurando, assim, analisar de que forma essas questões se correlacionam e afetam a participação das mulheres na política brasileira contemporânea.

1.1. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

A participação das mulheres na política ainda é inexpressiva, o que é legado de um processo educativo e cultural de dominação e exploração das mulheres. No campo político, em razão de uma cultura marcadamente patriarcal, as mulheres têm sido silenciadas e privadas do efetivo e igualitário acesso ao exercício da vida política e à ocupação de cargos de poder.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto (sic), ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos

político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Historicamente, a construção cultural, das mais diversas sociedades, se estabeleceu de modo a negar às mulheres um lugar de participação e de tomada de decisões quanto às questões da vida pública e política. A política, assim, tem sido um espaço e território majoritariamente ocupado por homens. Na história do Brasil, por exemplo, apenas uma mulher foi eleita presidente da República. Em Minas Gerais, conforme dados publicados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), “em toda a história do Parlamento mineiro, apenas 30 mulheres tiveram vaga na Assembleia, na condição de titulares ou como suplentes” (ALMG, 2018). É importante observar que, das 77 cadeiras disponíveis¹, apenas 10 são atualmente ocupadas por mulheres, o que significa que há, atualmente, apenas 13% de representatividade feminina no Legislativo mineiro. Dessas mulheres eleitas para a primeira legislatura (2015/2018), não foi eleita nenhuma mulher negra; para a segunda legislatura (2019/2022) apenas 2 mulheres negras foram eleitas, sendo as duas mulheres negras, Ana Paula Siqueira e Andreia de Jesus, as menos votadas no grupo de mulheres.

Esses dados levam, inicialmente, a pressupor que a dificuldade de acesso aos cargos políticos de poder atinge, com mais intensidade, as mulheres negras. Nesse sentido, percebe-se que há, na experiência política de mulheres negras, um duplo fator de discriminação, o que ficou conhecido na epistemologia feminista de interseccionalidade².

Não obstante a Constituição Federal de 1988 ter, no artigo 5.º, pela primeira vez, declarado a igualdade entre homens e mulheres, garantindo a todas e todos participação igualitária nos espaços políticos, a presença de mulheres nesses espaços é insípida. A realidade é que mulheres não foram educadas e socializadas para serem protagonistas e ocuparem espaços públicos. Parte-se da premissa de que a vida pública, vivenciada por meio da representação política, da forma como hoje conhecemos, não foi construída em parâmetros universalistas, de modo a atender a todas e todos que da vida política desejam participar. Essa realidade, sistematizada na cultura, por meio de processos educativos e naturalizantes, dividiu e divide as

¹ O número total de deputados estaduais em Minas Gerais oscilou, ao longo dos tempos: 82 cadeiras na 5ª e na 6ª Legislaturas; 61 cadeiras na 8ª Legislatura; 78 cadeiras na 10ª Legislatura e 77 cadeiras da 11ª Legislatura em diante (ALMG, 2018).

² É possível encontrar nas Teorias de Gênero termos variados para fazer referência à interseccionalidade, como é o caso dos termos: consubstancialidade e imbricamento de classe, raça e gênero. Esses termos, apesar de possuírem elementos comuns, não são sinônimos e permitem distinções em suas compreensões. Neste resumo será adotado o termo interseccionalidade como referência.

pessoas em razão do gênero e, conseqüentemente, excluiu e exclui mulheres de ambientes políticos e cargos de poder.

A naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como “negócio de homens”. As mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política institucional porque estariam, naturalmente, voltadas para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade. A crítica feminista e a atuação política a ela correspondente confrontam-se com práticas e valores patriarcais que se atualizam, tendo como um de seus eixos a afirmação do desinteresse feminino pela política, o silêncio sobre a atuação pública das mulheres e, no limite, a reprodução de estereótipos de gênero (BIROLI, 2010, p. 48).

Trata-se de uma realidade histórica que foi, inclusive, escrita de modo a fomentar ainda mais a invisibilidade e o apagamento das mulheres nesses cenários, porque as poucas mulheres que tiveram algum protagonismo político sequer foram retratadas nos livros de História. Bárbara Eliodora³, Leolinda Daltro⁴, Edwiges de Sá Pereira⁵ e tantos outros nomes não referenciados ficaram perdidos na História que se construiu para reforçar o lugar de homens e mulheres na sociedade patriarcal.

O esquecimento de que as mulheres têm sido objeto não é uma simples perda de memória acidental e contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras. Excluídas da cena pública pelas funções ditadas pela “natureza” e pela vontade dos deuses/de Deus, as mulheres não podiam aparecer nela a não ser como figurantes mudas, penetrando por arrombamento ou a título de exceção – as mulheres “excepcionais”, heroicas, santas ou escandalosas –, relegando à sombra a massa das outras mulheres (HIRATA et al, 2009, p. 112).

A falta de representatividade nos materiais escolares, a ausência de uma metodologia emancipatória, a falta de disciplinas e currículos que permitam problematizar essa divisão sexual do poder, somada à escassez de uma educação política feminista e da reprodução de elementos patriarcais no ensino, aprofundam o distanciamento da igualdade entre homens e mulheres e impactam, sobremaneira, na redução das liberdades individuais das mulheres. Isto porque, a vida das mulheres, suas contribuições históricas e as figuras políticas que deveriam ser de amplo conhecimento de todos e todas quedam-se no esquecimento. Esses fatos comprovam a afirmação de Michele Perrot de que “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues.” (PERROT, 1989, p. 9).

³ Poetisa e mártir da Conjuração Mineira.

⁴ Feminista e indianista.

⁵ Feminista e escritora.

Carecem às mulheres um resgate histórico de suas lutas e memórias. Carecem às mulheres um ambiente educacional propício, onde haja currículos comprometidos com a emancipação, para que possam se reconhecer aptas a ocupar os espaços políticos e avançar na desconstrução da lógica patriarcal dominante nos espaços de poder que, ilegitimamente, afastaram-nas do exercício pleno da política.

2. OBJETIVOS

Fazer um levantamento sobre a condição das mulheres na política.

Verificar de que forma o currículo tem se apresentado como um espaço propício para a discussão da representatividade feminina na política.

Verificar se há correlação possível entre o estudo da política nas escolas e o aumento da participação das mulheres na política.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, serão utilizados procedimentos metodológicos diversos, os quais estarão interligados durante as fases da pesquisa. Assim, a pesquisa será desenvolvida por meio das seguintes abordagens: qualitativa, bibliográfica e interdisciplinar.

A pesquisa qualitativa tem caráter exploratório e busca reconstruir a realidade, utilizando-se, “supostamente, de procedimentos sem medição numérica, como observações e descrições” (GUSTIN; LARA; COSTA, 2012, p. 295). Essa metodologia auxilia no processo de interpretação da dinâmica da vida humana, na qual os sujeitos estão constantemente (re)agindo de acordo com sentimentos, emoções e valores nos mais distintos contextos (GASKELL, 2002, p. 65). Para o autor, esse tipo de pesquisa propicia compreender o processo relacional dos indivíduos nos cenários em que estão inseridos.

Similar a esse posicionamento, Turato (2005, p. 510) afirma que as pesquisas de cunho qualitativo devem estudar as crenças, valores, hábitos, atitudes e opiniões dos sujeitos porque a pesquisa qualitativa, fundamentada teoricamente na fenomenologia, favorece o entendimento dos sentidos, significados e acontecimentos para os sujeitos, além da compreensão das interações socioculturais e simbólicas, o que justifica, nesta pesquisa, a escolha por essa abordagem.

Além disso, a pesquisa será interdisciplinar, buscando “uma coordenação de conteúdos pertencentes a disciplinas diferenciadas” (GUSTIN; DIAS, 2010, p. 86). Dessa forma, verifica-se a união de conteúdos, “uma articulação que permite desvendar o objeto da pesquisa em todas

as suas características plurais” (GUSTIN; DIAS, 2010, p. 86). Assim, este trabalho propõe-se a realizar uma interação dos conteúdos da Educação, da História, da Filosofia Política, das Teorias Feministas e do Direito, de modo que a pesquisa interdisciplinar se apresenta necessária e apropriada.

De igual modo, também contribuirá para o desenvolvimento deste estudo a pesquisa bibliográfica, uma vez que abrange a leitura, a interpretação, a análise e o fichamento de livros, revistas, legislações, periódicos e outros documentos. Busca-se, assim, consolidar o problema, determinar melhor os objetivos e construir de forma mais embasada a hipótese da pesquisa. Esse método será fundamental uma vez que “a pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural e todas as formas de saber.” (FACHIN, 2006, p. 119).

Esse tipo de pesquisa deve ser desenvolvido “a partir de um material já elaborado: livros e artigos científicos. [...] toda pesquisa requer uma fase preliminar de levantamento e revisão da literatura existente para elaboração conceitual e definição dos marcos teóricos”. (DENCKER, 1998, p. 125). Dencker endossa, ainda, que a pesquisa bibliográfica se caracteriza por meio de três aspectos: um maior grau de amplitude, a economia de tempo e o de facilitar o levantamento de dados históricos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se que, historicamente, as mulheres, ao longo de suas vidas, têm sido educadas e socializadas para compreender os espaços de poder como espaços naturalmente masculinos, tanto os espaços políticos quanto os espaços públicos institucionais de modo geral. O próprio direito à educação formal, por exemplo, nem sempre foi uma pauta igualitária a todas as pessoas, especialmente, às mulheres.

Apesar de muitas mulheres terem lutado e conquistado o direito de frequentar as escolas, como é o caso do Brasil, há ainda o desafio da implementação de uma educação para além dos conteúdos teóricos, uma educação e currículos comprometidos com o pleno exercício da cidadania e das liberdades.

Há uma dificuldade quanto à efetivação da igualdade nos espaços e currículos escolares. As escolas parecem não terem avançado de modo a enfrentar o problema do sexismo e conduzir práticas pedagógicas de modo a garantir uma formação igualitária das pessoas e que reverbere nos espaços públicos de poder, incluindo, no aumento da representatividade das mulheres na política.

5. CONCLUSÃO

A luta por maior participação política das mulheres é fundamental para a construção da igualdade de gênero na sociedade. A inexpressiva participação das mulheres na política pode ser explicada, dentre outros fatores, pelo arcaico processo educativo e cultural que não forma para emancipação e para as liberdades. Apesar do sistema educacional apresentar suas limitações, o ambiente escolar é um universo de possibilidades. De modo que, a discussão sobre a maior participação das mulheres na política deve, necessariamente, passar pela discussão da formação crítica e formação cidadã nas escolas. Por isso, acredita-se que a educação/formação política, por meio de currículos emancipatórios nas escolas, comprometidos com a promoção das liberdades e igualdade das mulheres, pode servir como uma ferramenta de transformação social, promoção das liberdades individuais e da igualdade entre homens e mulheres na política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMG. Aumenta o número de debutadas na Assembleia. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2018/10/07_eleicoes_bancada_feminina.html>. Acesso em: 29 de jul. 2021.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, p. 45-69, Setembro de 2010.

CRENSHAW. Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Revista Estudos Feministas*, n.º 1, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Exemplar 1.405. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 3ª ed. Belo Horizonte. Del Rey, 2010.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; LARA, Mariana Alves; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da. Pesquisa qualitativa na produção de conhecimento jurídico. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n.º 60, p. 291 a 316, jan./jun. 2012.

HIRATA, Helena et all. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos 5º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 09, n. 18. p. 09-18. 1989.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Currículo Escolar e Justiça Social: o cavalo de Tróia da educação. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.

TURATO E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514. 2005.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. São Paulo: Editora Boitempo, paginação irregular. 2016.